SUMÁRIO

GCM SALVADOR - BA

Guarda Civil Municipal - GCM 3ª Classe

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de textos argumentativos, com destaque para métodos de raciocínio e tipologia argumentativa. Processos de construção textual. A progressão textual 1
As marcas de textualidade: a coesão, a coerência e a intertextualidade 2
Reescritura de frases em busca da melhor expressão escrita 3
Domínio vocabular e sua importância na construção do sentido do texto 5
A presença dos estrangeirismos em nosso léxico 7
Os diversos usos das várias classes de palavras 8
A organização sintática 21
Emprego dos sinais de pontuação 27
A variação linguística e sua adequação às diversas situações comunicativas 31
A linguagem denotativa e a conotativa 33
A nova ortografia 36
QUESTÕES 47
GABARITO 54

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Proposições, valor-verdade, negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas; Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados 1
Equivalências lógicas 3
Diagramas lógicos, tabelas e gráficos; Conjuntos e suas operações 9
Números naturais, inteiros, racionais, reais e suas operações; Representação na reta 26
Unidades de medida: distância, massa e tempo 48
Representação de pontos no plano cartesiano 54
Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau 57
Porcentagem e proporcionalidade direta e inversa 63
Sequências, reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica 69
Juros 74
Geometria básica: distâncias e ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área; Semelhança e relações métricas no triângulo retângulo; Medidas de comprimento, área e volume 77

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Princípios de contagem e noção de probabilidade 92
Questões 97
Gabarito 104

INFORMÁTICA

Arquivos digitais: documentos, planilhas, imagens, sons, vídeos; principais padrões e características 1
Arquivos PDF 6
Sistema operacional Windows 11 BR: manipulação de janelas, programas e arquivos; telas de controle e menus típicos; mecanismos de ajuda; mecanismos de busca 12
Editores de texto: formatação, configuração de páginas, impressão, títulos, fontes, tabelas, corretores ortográficos, manipulação de figuras, cabeçalhos, rodapés, anotações e outras funcionalidades de formatação; Comandos de localização e substituição; Manipulação de arquivos: leitura e gravação; controle de alterações; uso de senhas para proteção; formatos para gravação; inserção de objetos; macros; impressão; criação e manipulação de formulários; integração com planilhas; MS Word 2010 BR ou superior 18
Planilhas: criação, manipulação de dados, fórmulas, cópia e recorte de dados, formatação de dados e outras funcionalidades para operação; manipulação de arquivos: leitura e gravação; integração com outras planilhas; filtros; ordenação; macros; controle de exibição; recursos para impressão; importação e exportação de dados; controle de alterações; proteção de dados e planilhas; MS Excel 2010 BR ou superior 28
Internet: conceitos gerais e funcionamento; endereçamento de recursos; navegação segura: cuidados no uso da Internet; ameaças; uso de senhas e criptografia; tokens e outros dispositivos de segurança; senhas fracas e fortes; navegadores (browsers) e suas principais funções; sites e links; buscas; transferência de arquivos e dados: upload, download, banda, velocidades de transmissão 36
Questões 60
Gabarito 67

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: conceito, classificações e princípios fundamentais 1
Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos e partidos políticos 8
Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios 25
Administração pública: disposições gerais e servidores públicos 38
Poder Judiciário: disposições gerais e órgãos do Poder Judiciário, competências e estrutura; Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência 48

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, advocacia e defensoria pública 71
Questões 78
GABARITO 87

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Aplicação da Lei no Tempo e no Espaço: Interpretação da Lei; Analogia; Princípios Gerais do Direito e Equidade; Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro..... 1
Das pessoas: Das pessoas naturais; Das pessoas jurídicas; Capacidade civil e direitos inerentes à personalidade; Emancipação..... 23
Do domicílio..... 51
Dos bens: Dos bens considerados em si mesmos; Dos bens reciprocamente considerados; Dos bens públicos..... 56
Dos fatos jurídicos: Do negócio jurídico; Dos atos jurídicos lícitos; Dos atos ilícitos ... 65
Jurisprudência e Súmulas do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado da Bahia 84
Questões 84
GABARITO 93

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO - Introdução à Administração: definição e importância da administração; História e evolução da administração 1
Funções administrativas: Planejamento, Organização, Direção e Controle 8
Teorias da Administração: teoria clássica, teoria das relações humanas, teoria comportamental, teoria da contingência..... 12
Abordagens modernas: Gestão por Competências, Gestão de Projetos 24
Estruturas Organizacionais: tipos de estruturas organizacionais: Funcional, Matricial, Projetos, Cultura organizacional, estilos de liderança e suas implicações; Planejamento Estratégico: conceitos de missão, visão e valores, análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças), definição de objetivos e metas 26
Recursos Humanos: recrutamento e seleção 31
Treinamento e desenvolvimento 39
Avaliação de desempenho 41
Motivação e liderança de equipes..... 42
Ética e Responsabilidade: social, ética na administração, responsabilidade social corporativa, sustentabilidade nos negócios..... 45
NOÇÔES DE POLÍTICAS PÚBLICAS - Conceitos fundamentais: Definição e evolução; Ciclo de Políticas Públicas (formulação, implementação, avaliação)..... 51
Ferramentas de análise..... 53
GovernançaeRelaçõesIntragovernamentais:Federalismoerelaçõesestado-sociedade; Governança e capacidades estatais; Análise de políticas intergovernamentais: Bases Quantitativas para as Políticas..... 62

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Tópicos básicos de Estatística (descritiva e inferencial) 66
Economia (micro e macro) aplicada a políticas. 71
Análise de impacto Gestão e Avaliação de Políticas: Análise ex ante e ex post; Avaliação de impacto 75
Gestão de riscos 78
Questões 83
Gabarito 91

CONHECIMENTOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO

RELAÇÕES HUMANAS E ATENDIMENTO - Qualidade no atendimento: comunicação, apresentação, atenção, cortesia, interesse, presteza, eficiência, tolerância, discrição, conduta e objetividade 1
Trabalho em equipe 5
Noções de Defesa Pessoal 14
Análise de Riscos e Gestão da Informação: Planejamento de contingências: necessidade, planejamento, componentes do planejamento 19
Manejo de emergência; Procedimentos emergenciais 24
Gerenciamento de crises 28
Discrição e segurança de informações: graus de sigilo, atributos básicos, ameaças e vulnerabilidades, comportamento do agente 33
OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO E ESCOLTAS - Planejamento de proteção pessoal e de comitivas: estudos de rota, pontos sensíveis e contingências. Composição de equipes, papéis e formações em deslocamentos e eventos. Procedimentos de varredura. Controle de público. Resposta imediata a ameaças. Condução operacional e estratégica de veículos 38
SEGURANÇA FÍSICA E PATRIMONIAL DE INSTALAÇÕES - Proteção de áreas críticas. Guarda de materiais sensíveis 42
Planos de segurança de instalações: objetivos, responsabilidades e auditorias. Controle de acessos: credenciamento, barreiras, procedimentos. Vigilância e monitoramento. Identificação e aplicação de equipamentos eletrônicos de proteção. Segurança corporativa estratégica 47
Gestão de segurança patrimonial 51
Noções de Gestão de Incidentes Críticos e Negociação Operacional: Conceitos de incidente crítico, cadeia de comando e gerenciamento do cenário. Estabilização, isolamentos e perímetros. Comunicação operacional 56
NOÇÕES BÁSICAS DE NEGOCIAÇÃO - contato, escuta ativa, redução de tensão e encaminhamentos. Critérios para escalonamento e emprego de táticas de resolução 60
NOÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho NR 23. Proteção contra incêndio. Código de segurança contra incêndio, pânico e outros riscos. Atuação integrada com brigada e órgãos de resposta. Tipos/uso de extintores, rotas e saídas de emergência, plano de abandono e evacuação 64
NOÇÕES DE CONDUTAS DO SOCORRISTA -Medidas de segurança do local. Comunicação e transferência ao atendimento especializado. Atendimento Pré-Hospitalar (APH) - Nível Básico. 70

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

NOÇÕES SOBRE SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA - Finalidade. Utilização. Conceitos básicos. Fontes de coleta. Metodologia de produção de conhecimentos 74
Questões 79
Gabarito 84

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei Complementar nº 1/1991 (Institui o Regime Jurídico Único dos Funcionários Públicos do Município de Salvador) e suas alterações 1
Lei Ordinária nº 9.640/2022 (Institui o Plano de Carreira e Vencimentos do cargo de provimento efetivo de Guarda Civil Municipal da Prefeitura Municipal do Salvador) e suas alterações 47
Lei nº 13.022/2014 (Estatuto da Guarda Civil Municipal de Salvador) 63
Decreto nº 27.731/2016 (Aprova o Regimento da Guarda Civil Municipal de Salvador e dá outras providências 68
Lei nº 9.273/2017 (Institui o Regime Disciplinar da Guarda Civil Municipal de Salvador, e dá outras providências) 80
Questões 87
Gabarito 92

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Princípios fundamentais; organização do Município; competências municipais; Poder Legislativo e Poder Executivo; atribuições da Câmara Municipal, do Prefeito e dos órgãos da Administração Municipal; administração pública; servidores públicos; bens municipais; serviços públicos; planejamento, orçamento e finanças municipais; políticas sociais e desenvolvimento urbano; Organização administrativa do Município: estrutura e funcionamento da Administração Pública Municipal; administração direta e indireta; órgãos e entidades municipais; princípios, competências e responsabilidades dos agentes públicos 1
Noções sobre o Código Tributário e de Rendas do Município de Salvador (Lei Municipal nº 7.186/2006 e alterações): tributos municipais, obrigações tributárias, administração e fiscalização tributária. Normas municipais relativas à ética, integridade, transparência, acesso à informação e controle da Administração Pública; Legislação municipal referente à organização, prestação e fiscalização dos serviços públicos 1
Direitos e deveres dos cidadãos perante a Administração Municipal 1
Normas municipais pertinentes ao exercício das atribuições dos agentes e servidores públicos 7
Questões 7
GABARITO 13

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Conceito do Direito Penal; Fontes do Direito Penal 1

Interpretação e integração da Lei Penal; Analogia; Princípio da Reserva Legal; Lei penal no tempo e no espaço 13

Classificação das Infrações Penais: Fato Típico; Conduta; Resultado; Relação de Causalidade; Crime Doloso; Crime Culposo; Crime Preterdoloso; Consumação e Tentativa. Desistência voluntária; Arrependimento eficaz; Arrependimento Posterior; Crime impossível; Ilicitude e suas causas excludentes. Culpabilidade e suas causas excludentes; Concurso de Pessoas; Causas Extintivas da Punibilidade 28

Sanções penais: Penas Privativas de Liberdade; Penas Restritivas de Direitos; Pena de Multa; Medidas de Segurança; Concurso de Crimes; Suspensão Condicional da Execução da Pena ("sursis"); Livramento Condicional 46

Crimes contra Pessoa; Crimes contra a Honra 55

Crimes contra o Patrimônio 94

Crimes contra a Dignidade Sexual, conforme a legislação penal vigente 127

Crimes contra a Fé Pública 145

Crimes contra a Administração Pública 157

Crimes contra a Administração da Justiça 167

Crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) 181

Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) 181

Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90) 181

Crimes em licitações e contratos administrativos, previstos na Lei nº 14.133/21 e nos arts. 337-E a 337-P do Código Penal 185

Crimes previstos na Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997) 191

Crimes previstos no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503/97 192

Crimes previstos na Lei do Meio Ambiente (Lei nº 9.605/1998) 192

Crimes previstos na Lei de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei 9.613/1998) 193

Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) 202

Crimes e disposições penais da Lei 11.340/06 (Lei "Maria da Penha") 202

Crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) 202

Crimes previstos na Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas), que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, meios de obtenção de prova, infrações penais correlatas e procedimento criminal, e alterações introduzidas pela Lei nº 15.358/2026 202

Crimes previstos na Lei nº 7.853/1989 e na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 212

Questões 248

GABARITO 256

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Processo Penal Brasileiro: Processo Penal Constitucional; Sistemas e Princípios Fundamentais 1
Aplicação da lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas: Disposições preliminares do Código de Processo Penal 14
Inquérito policial 21
Processo, procedimento e relação jurídica processual: Princípios gerais e informadores do processo; Pretensão punitiva 30
Ação penal 38
Sujeitos do Processo 44
Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001 (Leis dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais) e suas respectivas alterações 52
Prazos: Características, princípios e contagem 68
Nulidades 69
Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores 70
Questões 71
GABARITO 81

LEGISLAÇÃO GERAL

Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) 1
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas) 14
Lei nº 7.716/1989 (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor) e suas alterações 37
Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e suas alterações 40
Lei nº 9.605/1998 (Crimes contra o meio ambiente) e suas alterações 110
Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e suas alterações 124
Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e suas alterações 217
Lei nº 13.869/2019 (Lei do Abuso de Autoridade) e suas alterações 227
Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) 234
Questões 308
GABARITO 314

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A interpretação de textos argumentativos exige a compreensão dos métodos de raciocínio, da tipologia argumentativa, dos processos de construção textual e da progressão das ideias ao longo do texto. Esses aspectos são essenciais para identificar a tese defendida, os argumentos utilizados e a estrutura lógica da argumentação.

A seguir, apresentamos um panorama desses elementos:

Métodos de raciocínio e tipologia argumentativa

A argumentação pode ser desenvolvida por meio de diferentes métodos de raciocínio, que garantem coerência e credibilidade às ideias defendidas. Os principais são:

- **Raciocínio dedutivo:** parte de uma ideia geral para chegar a uma conclusão específica. Exemplo clássico é o silogismo:

Todo ser humano é mortal.

Sócrates é um ser humano.

Logo, Sócrates é mortal.

- **Raciocínio indutivo**: parte de casos específicos para chegar a uma conclusão geral. Exemplo:

João estudou muito e passou no concurso.

Maria também estudou muito e passou.

Logo, estudar muito aumenta as chances de aprovação.

- **Raciocínio por analogia:** estabelece uma relação entre situações semelhantes para sustentar uma conclusão. Exemplo:

Assim como uma casa precisa de bons alicerces para se manter firme, uma argumentação bem estruturada precisa de bons fundamentos.

Além disso, os textos argumentativos podem adotar diferentes tipologias, como:

- **Argumentação lógica:** baseada em fatos e raciocínio coerente.
- **Argumentação emocional:** busca sensibilizar o leitor por meio de sentimentos e valores.
- **Argumentação de autoridade**: utiliza a opinião de especialistas para reforçar uma ideia.
- **Argumentação por exemplificação**: apresenta casos concretos para validar a tese.

Processos de construção textual

A construção do texto argumentativo segue um esquema lógico que inclui:

1. Tese: ideia central defendida no texto.
2. Argumentos: justificativas que sustentam a tese.
3. Conclusão: fechamento da argumentação, reafirmando a tese ou apresentando soluções.

A estrutura do texto pode ser organizada de diferentes formas, como a dissertação clássica, que segue a ordem introdução-desenvolvimento-conclusão, ou a argumentação dialética, que contrapõe diferentes pontos de vista antes de chegar a uma conclusão.

Progressão textual

A progressão textual refere-se à forma como as ideias evoluem ao longo do texto, garantindo coerência e coesão. Os principais mecanismos de progressão são:

- Encadeamento lógico: cada ideia introduzida prepara o terreno para a seguinte.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Estruturas lógicas

Antes de tudo, é essencial compreender o conceito de proposições. Uma proposição é definida como uma sentença declarativa à qual podemos atribuir um único valor lógico: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Em outras palavras, trata-se de uma sentença que pode ser considerada fechada.

Existem diferentes tipos de proposições, sendo as principais:

▪ **Sentenças abertas:** são sentenças para as quais não é possível atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, e, portanto, não são consideradas frases lógicas.

Exemplos incluem:

Frases interrogativas: “Quando será a prova?”, “Estudou ontem?”, “Fez sol ontem?”.

Frases exclamativas: “Gol!”, “Que maravilhoso!”.

Frases imperativas: “Estude e leia com atenção.”, “Desligue a televisão.”.

Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, etc.): “Esta frase é falsa.” (expressão paradoxal), “O cachorro do meu vizinho morreu.” (expressão ambígua), “2 + 5 + 1”.

▪ **Sentença fechada:** Uma sentença lógica é aquela que admite um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso.

Proposições simples e compostas

Proposições simples, também conhecidas como atômicas, são aquelas que NÃO contêm nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. Elas são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s..., sendo chamadas de letras proposicionais.

Por outro lado, proposições compostas, também conhecidas como moleculares ou estruturas lógicas, são formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. Elas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, S..., também chamadas de letras proposicionais.

É importante ressaltar que TODAS as proposições compostas são formadas por duas ou mais proposições simples.

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são constituídas por proposições simples conectadas por conectivos, os quais determinam seu valor lógico. Isso pode ser observado na tabela a seguir:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Fundamentos da representação digital e formatos de arquivos de texto

A codificação binária como base de todo arquivo digital

Todo arquivo armazenado em um computador, independentemente de seu conteúdo aparente, é reduzido internamente a sequências de dígitos binários, os bits, agrupados em unidades de oito posições chamadas bytes. Essa uniformidade na camada mais baixa de representação é o que permite que processadores, sistemas operacionais e redes tratem textos, planilhas, imagens, sons e vídeos com os mesmos circuitos e protocolos de transmissão, ainda que o significado atribuído a cada sequência de bits varie enormemente conforme o tipo de conteúdo.

Codificação de caracteres

Quando o conteúdo de um arquivo é textual, cada caractere precisa ser convertido em um número antes de ser gravado como sequência de bits. Padrões de codificação como o ASCII, limitado a 128 símbolos e voltado originalmente ao alfabeto latino sem acentuação, e o Unicode, capaz de representar mais de cento e quarenta mil caracteres de praticamente todos os sistemas de escrita conhecidos, definem essa correspondência entre símbolo e número. A implementação mais difundida do Unicode, o UTF-8, utiliza um número variável de bytes por caractere: caracteres do alfabeto básico latino ocupam um único byte, enquanto símbolos acentuados, ideogramas ou emojis podem exigir dois, três ou quatro bytes. Essa variabilidade explica por que dois arquivos de texto com o mesmo número de caracteres podem ter tamanhos diferentes quando contêm proporções distintas de acentuação ou símbolos especiais.

Metadados, cabeçalhos e extensões

Além do conteúdo propriamente dito, praticamente todo arquivo digital carrega metadados: informações sobre o próprio arquivo, como data de criação, autor, programa de origem, codificação utilizada e, em muitos formatos, um cabeçalho binário no início do arquivo que identifica sua estrutura interna para o programa que irá abri-lo. A extensão do nome do arquivo, como a sequência de caracteres após o ponto final, é apenas uma convenção que orienta o sistema operacional sobre qual programa associar à abertura do arquivo, mas não determina por si só o formato real dos dados armazenados, já que um arquivo pode ter sua extensão alterada manualmente sem que sua estrutura interna mude.

Formatos de documentos de texto e suas características técnicas

Os arquivos de documentos de texto se dividem em duas grandes famílias: os formatos de texto simples, que armazenam apenas caracteres sem informações de formatação visual, e os formatos de texto enriquecido, que combinam o conteúdo textual com instruções de estilo, layout, imagens incorporadas e outros elementos.

Formatos de texto simples e de texto enriquecido proprietário

O formato TXT representa o caso mais elementar: um arquivo composto exclusivamente pela sequência de caracteres codificados, sem qualquer marcação de negrito, fonte, cor ou parágrafo estruturado, o que garante compatibilidade universal entre sistemas operacionais e programas, ao custo de nenhuma capacidade de formatação visual. Em contraste, o formato DOC, desenvolvido para versões mais antigas de processadores de texto, e seu sucessor DOCX armazenam, além do texto, uma estrutura completa de estilos, tabelas, imagens incorporadas e metadados de edição. O DOCX difere estruturalmente do DOC por ser, internamente, um contêiner compactado que reúne múltiplos arquivos em linguagem de marcação XML, o que reduz o tamanho final do arquivo e facilita a recuperação de dados em caso de corrupção parcial.

Formatos abertos e formatos de distribuição fixa

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Natureza

Segundo a doutrina clássica, o direito é dividido em dois grandes ramos, quais sejam: direito público e direito privado[1].

Destaque-se que, não obstante a doutrina mais moderna já tenha superado essa classificação dicotômica entre direito público e privado (uma vez que o direito é uno e indivisível, devendo ser entendido como um conjunto harmônico), para fins didáticos e de provas de concursos públicos continuaremos a adotá-la. Destaque-se que essa classificação, segundo a doutrina, é atribuída a Jean Domat.

Modernamente, ante o reconhecimento de novos direitos e das transformações do Estado, a doutrina percebeu uma forte influência do direito constitucional sobre o direito privado, reconhecendo, em diversas situações, a aplicação direta dos direitos fundamentais nas relações privadas, surgindo a denominada "eficácia horizontal dos direitos fundamentais".

Com isso, o Direito Constitucional deixa de ser reconhecido apenas em uma relação vertical (Estado versus cidadão), passando a ser reconhecido também nas relações horizontais (particular versus particular). O princípio matriz desse novo panorama é o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF/1988).

Tema de grande controvérsia diz respeito ao conceito de Constituição, haja vista que ela envolve a perspectiva histórico-universal dos intitulados ciclos constitucionais. Faz-se importante perceber que a ideia de Constituição deve ser compreendida mesmo antes do surgimento do constitucionalismo em sentido estrito.

Isso porque toda e qualquer sociedade, independentemente da época e do lugar, sempre possuiu um conjunto de regras de organização do Estado, semelhantes ao que intitulamos de Constituição.

Conquanto existam diversos parâmetros para se conceituar o Direito Constitucional e, por consequência, a própria Constituição, partiremos do conceito cunhado pelo professor José Afonso da Silva que afirma que o direito constitucional é "Direito Público fundamental por referir-se diretamente à organização e fundamento do Estado, à articulação dos seus elementos primários e ao estabelecimento das bases da estrutura política".

A partir dessa lição do professor José Afonso, podemos conceituar a Constituição Federal como a norma máxima de um Estado que estabelece sua organização e fundamentos, estabelecendo as regras mínimas essenciais para sua subsistência e formação.

Com isso, a Constituição Federal passa a ser a norma de validade de todo o ordenamento jurídico pátrio, sendo ela o parâmetro de validade dos demais atos normativos, em razão do princípio da supremacia da Constituição.

Em virtude do conceito transcrito acima, podemos afirmar que a **natureza jurídica** do Direito Constitucional é de direito público fundamental.

O quadro abaixo sintetiza a Natureza do Direito Constitucional. Observe:

Natureza do Direito Constitucional		
Dicotomia do Direito	Uno, indivisível e indecomponível	Ramo do Direito Público

Conceito

De acordo com José Afonso da Silva, o Direito Constitucional é o ramo do Direito Público que expõe, interpreta e sistematiza os princípios e normas fundamentais do Estado[2].

1 *https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf*
2 *DUTRA, Luciano. Direito Constitucional Essencial. Série Provas e Concursos. 2ª edição – Rio de Janeiro: Elsevier.*

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LINDB e Introdução ao Direito Civil Brasileiro

De antemão, infere-se que a LEI de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ou LINDB, (antes denominada LICC), não faz parte do Código Civil, apesar de se encontrar anexa a esta legislação. Cuidando-se, assim, de um acoplado de normas que possuem como finalidade, disciplinar as próprias normas jurídicas, ou, *lex legum* – norma sobre normas.

Ressalta-se que a legislação em estudo, predispõe condições genéricas para a formação, elaboração, vigência, eficácia, interpretação, integração e aplicação das leis como um todo.

Denota-se que a troca de nomes da LINDB ocorreu com o objetivo de colocar a devida adequação à aplicação prática, bem como a abrangência real da lei de introdução ao seu aspecto formal pelo nome da ementa.

Desta forma, a Lei n. 12.376/2010 passou a predispor que o decreto é Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e não somente norma de cunho civil. Nesta seara, a LINDB se dirige ao legislador e aplicador do direito de maneira diferente das demais normas jurídicas, haja vista, estas possuírem o atributo da generalidade e se encontrarem destinadas à toda a sociedade.

Incumbe-se a LINDB de tratar das seguintes situações:

- Da vigência e da eficácia das normas jurídicas;
- Do referente ao conflito de leis no tempo;
- Do conflito de leis no espaço;
- Dos critérios hermenêuticos;
- Do referente aos critérios de integração do ordenamento jurídico;
- Das normas de direito internacional privado, nos moldes dos artigos 7º a 19;
- Das normas de direito público, nos ditames do artigo 20 ao 30.

Das Fontes do Direito

Podemos conceituar fonte como sendo a origem ou como formas de expressão do direito. O jurista Miguel Reale conceitua as fontes do direito como sendo os "*processos ou meios em virtude dos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória*". Já o ilustre Hans Kelsen, define a fonte do direito como: *"o fundamento de validade da norma jurídica, decorre de uma norma superior, válida".*

Ressalta-se que classificar e dividir as fontes do direito, não é tarefa fácil segundo a doutrina. Sendo assim, a maioria dos doutrinadores edita sua classificação, dividindo-a da seguinte forma:

- **Fontes formais:** São aquelas que se encontram dispostas de forma expressa na LINDB, se dividindo em fontes primárias, que são as leis; e fontes secundárias, que se referem à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.
- **Fontes informais:** São aquelas que se encontram dispostas na LINDB, tais como a doutrina, a jurisprudência e equidade.

Registra-se que existem doutrinadores que classificam as fontes formais secundárias como fontes indiretas ou mediatas, tendo em vista o fato de poderem ser aplicadas em situações de lacuna legal nas omissões da lei, conforme o art. 4º que aduz: "*quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito*".

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Noções de Administração e Políticas Públicas

A história da administração é um campo fascinante que nos permite entender como práticas e teorias administrativas evoluíram ao longo do tempo. Desde os primórdios da civilização, os seres humanos sempre buscaram maneiras de organizar recursos e pessoas para atingir objetivos comuns.

A administração, como disciplina, nasceu da necessidade de sistematizar esses esforços, tornando-se essencial para o desenvolvimento das sociedades. Este texto explora os principais marcos históricos da administração, desde as antigas civilizações até as abordagens contemporâneas, oferecendo uma visão abrangente e detalhada sobre a evolução deste campo crucial.

Ao compreender essa evolução, podemos não apenas apreciar as práticas atuais, mas também antecipar futuras tendências e inovações no gerenciamento de organizações.

Portanto, a história da administração é uma jornada pelo tempo que revela a contínua busca da humanidade por eficiência, organização e progresso.

▸ As Primeiras Civilizações e a Administração Primitiva

A administração, em suas formas mais rudimentares, pode ser rastreada até as primeiras civilizações, que desenvolveram sistemas básicos de gestão para organizar a agricultura, o comércio e os projetos de construção.

Essas práticas primitivas de administração estabeleceram as bases para as futuras teorias e métodos administrativos.

▪ Mesopotâmia e Egito

As primeiras evidências de práticas administrativas complexas vêm da Mesopotâmia e do Egito, onde a necessidade de gerenciar grandes projetos de irrigação e construção levou ao desenvolvimento de técnicas de administração.

▪ **Mesopotâmia:** Os sumérios, habitantes da antiga Mesopotâmia, foram pioneiros em diversas práticas administrativas. Eles criaram um dos primeiros sistemas de escrita, os caracteres cuneiformes, para registrar transações comerciais e administrativas. Os templos, que funcionavam como centros econômicos e administrativos, coordenavam a distribuição de alimentos e a organização do trabalho.

▪ **Egito:** No Egito antigo, a administração centralizada era essencial para a construção das pirâmides e a gestão dos recursos do Estado. O faraó, considerado um deus na terra, delegava poderes a seus vizires e escribas, que administravam as finanças, as obras públicas e a agricultura. A precisão dos registros e a organização hierárquica permitiram a realização de projetos monumentais e a manutenção de uma economia próspera.

▪ China e Índia

Na Ásia, as antigas civilizações chinesa e indiana também desenvolveram sistemas administrativos sofisticados para gerenciar seus vastos impérios.

▪ **China:** A administração na China antiga era altamente centralizada e organizada em uma estrutura burocrática complexa. Durante a dinastia Han, foi desenvolvido um sistema de exame civil para selecionar os funcionários do governo, baseado no mérito e no conhecimento dos clássicos confucionistas. Este sistema burocrático influenciou profundamente a administração pública e continuou a evoluir ao longo das dinastias subsequentes.

▪ **Índia:** Na antiga Índia, o “Arthashastra”, um tratado atribuído ao sábio Kautilya (Chanakya), detalhava métodos de governança, administração pública e gestão econômica. O tratado abordava aspectos como a organização do exército, a diplomacia, a administração de finanças e a agricultura, oferecendo um manual abrangente para os governantes da época.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Conhecimentos na Área de Atuação

O atendimento ao público vai além de simplesmente responder a perguntas ou solucionar problemas; ele envolve a capacidade de compreender as necessidades, expectativas e emoções do cliente, oferecendo respostas e soluções de forma clara, objetiva e cortês. A interação entre o cliente e o atendente representa a imagem da empresa e pode determinar se o cliente terá uma experiência positiva ou negativa, influenciando diretamente a percepção e a reputação da organização.

Um atendimento de qualidade ao público é fundamentado em princípios que norteiam a forma como as interações devem ocorrer, garantindo que o cliente se sinta valorizado, compreendido e respeitado. Esses princípios, quando aplicados de forma eficaz, são capazes de transformar simples contatos em experiências memoráveis, fortalecendo a relação entre cliente e empresa. A seguir, destacamos os principais pilares que sustentam um atendimento ao público de excelência:

Comunicabilidade

A comunicabilidade é a habilidade de transmitir uma mensagem de forma clara, eficaz e compreensível, garantindo que o cliente receba as informações de maneira correta e precisa. Uma comunicação bem elaborada vai além do uso de palavras; inclui a entonação, a linguagem corporal e a capacidade de ouvir ativamente. Para assegurar a compreensão, é importante que o atendente adapte sua linguagem ao perfil do cliente, evitando jargões técnicos ou termos complicados que possam dificultar o entendimento.

Além disso, a clareza na transmissão das informações é essencial para evitar mal-entendidos. Por exemplo, ao explicar procedimentos, políticas ou soluções, o atendente deve ser direto e objetivo, utilizando frases curtas e exemplos práticos, se necessário. Isso cria uma atmosfera de confiança e transparência, fatores essenciais para um bom relacionamento com o cliente.

Apresentação

A apresentação pessoal é o primeiro aspecto que o cliente percebe ao interagir com o atendente, sendo um dos fatores que contribuem para a formação da primeira impressão. O profissional deve se apresentar de maneira adequada, com um vestuário condizente com a cultura da empresa e a situação de atendimento, garantindo também a higiene pessoal e o cuidado com a aparência.

Além do aspecto físico, a postura e a atitude também fazem parte da apresentação. Manter uma postura ereta, demonstrar segurança e exibir um sorriso amigável transmitem confiança e credibilidade, elementos que influenciam positivamente a percepção do cliente em relação ao profissional e à empresa que ele representa.

Atenção

A atenção é a capacidade de estar presente e plenamente focado nas necessidades do cliente durante o atendimento. Demonstrar interesse genuíno e escutar atentamente o que o cliente tem a dizer são atitudes que mostram respeito e valorização, criando um ambiente propício para a construção de um relacionamento de confiança.

Quando o atendente pratica a escuta ativa, ele capta não apenas as palavras do cliente, mas também as nuances e emoções por trás delas, permitindo uma compreensão mais profunda do que realmente está sendo solicitado. Essa habilidade é fundamental para oferecer soluções que atendam às expectativas do cliente de forma personalizada, tornando o atendimento mais eficaz e satisfatório.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 15 DE MARÇO DE 1991.

INSTITUI O REGIME ESTATUTÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DO SALVADOR. (Redação dada pela Lei Complementar nº 89/2025)

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 1º O regime jurídico estatutário dos servidores públicos da Administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Município de Salvador, de ambos os seus Poderes, instituído por esta Lei Complementar, tem natureza de direito público. (Redação dada pela Lei Complementar nº 89/2025)

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades específicas, criado por lei, em número certo, denominação própria e pagamento pelos cofres do Município.

Art. 4º Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos exigidos em lei.

Art. 5º É vedado atribuir ao servidor público outras atribuições além das inerentes ao cargo de que seja titular, salvo para o exercício de cargo em comissão ou grupos de trabalho.

TÍTULO II
DO PROVIMENTO, DA VACÂNCIA, DA MOVIMENTAÇÃO E DA SUBSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I
DO PROVIMENTO

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º São requisitos para ingresso no serviço público do Município:

I - nacionalidade brasileira ou equiparada;

II - gozo dos direitos políticos;

III - quitação com as obrigações militares;

IV - nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

VI - habilitação legal para o exercício do cargo;

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Lei Orgânica do Município de Salvador

Prezado(a),

Para estudo do tópico solicitado pelo edital, indicamos que verifique o material complementar. É necessário copiar e colar o link a seguir diretamente em seu navegador para ter acesso ao conteúdo:

https://www.cms.ba.gov.br/uploads/3bdae368d1a3e255c81b7f262ba1bbf6_1709038424.pdf

A indicação se dá devido ao formato e extensão do material em questão, que não cabe na estrutura de nossas apostilas. Por isso, e para manter protegidos os direitos autorais do conteúdo, sugerimos acesso direto na fonte oficial e estudo do documento tal como solicitado pelo edital.

Bons estudos!

Noções sobre o Código Tributário e de Rendas do Município de Salvador (Lei Municipal nº 7.186/2006 e alterações): tributos municipais, obrigações tributárias, administração e fiscalização tributária. Normas municipais relativas à ética, integridade, transparência, acesso à informação e controle da Administração Pública; Legislação municipal referente à organização, prestação e fiscalização dos serviços públicos

Prezado(a),

Para estudo do tópico solicitado pelo edital, indicamos que verifique o material complementar. É necessário copiar e colar o link a seguir diretamente em seu navegador para ter acesso ao conteúdo:

https://www2.sefaz.salvador.ba.gov.br/legislacao/leis/lei-1

A indicação se dá devido ao formato e extensão do material em questão, que não cabe na estrutura de nossas apostilas. Por isso, e para manter protegidos os direitos autorais do conteúdo, sugerimos acesso direto na fonte oficial e estudo do documento tal como solicitado pelo edital.

Bons estudos!

Direitos e deveres dos cidadãos perante a Administração Municipal

Fundamentos Constitucionais e Legais dos Direitos do Cidadão perante a Administração Municipal

A relação jurídica entre o cidadão e a Administração Pública Municipal encontra seu alicerce no conjunto de princípios explicitados no artigo 37 da Constituição Federal, aplicáveis a todos os entes federativos, inclusive aos Municípios, por força do regime jurídico-administrativo que rege a atuação estatal em qualquer esfera de governo. Esses princípios não constituem meras diretrizes programáticas; operam como normas jurídicas de aplicação imediata, vinculando toda a atividade da Prefeitura, das autarquias municipais, das fundações públicas municipais e das demais entidades da administração indireta local. Compreender esse arcabouço principiológico

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.



Conceito, funções e características do direito penal

O Direito Penal é um dos ramos fundamentais do Direito Público, responsável por estabelecer normas que definem condutas consideradas crimes e as respectivas penas aplicáveis. Sua principal função é proteger os bens jurídicos essenciais para a vida em sociedade, tais como a vida, a liberdade, a propriedade e a segurança pública.

Além disso, busca prevenir a prática de infrações penais, tanto de forma geral, por meio da dissuasão da coletividade, quanto de forma especial, atuando diretamente sobre o infrator para evitar a reincidência.

▸ Conceito de Direito Penal

O conceito de Direito Penal pode ser descrito como o conjunto de normas jurídicas que, ao tipificar condutas indesejadas e estabelecer as sanções correspondentes, regula a convivência social, assegurando a proteção dos bens jurídicos fundamentais. O Direito Penal atua de maneira repressiva, ao impor penas àqueles que transgridem suas normas, e preventiva, ao intimidar potenciais infratores.

▸ Funções do Direito Penal

As funções do Direito Penal podem ser divididas em três principais categorias:

Função Preventiva:

- **Prevenção Geral:** O Direito Penal busca desestimular a prática de crimes pela ameaça da imposição de penas, funcionando como um mecanismo de dissuasão para toda a sociedade. A ideia é que, ao saberem das consequências punitivas, os indivíduos se abstenham de cometer infrações.
- **Prevenção Especial:** Essa função visa impedir que o infrator, uma vez punido, volte a delinquir. A pena tem, portanto, um caráter educativo, pretendendo ressocializar o condenado e reintegrá-lo à sociedade.

Função Repressiva:

O Direito Penal atua também como um instrumento de repressão, aplicando sanções aos que infringem as normas penais. Essa função é essencial para manter a ordem social, punindo comportamentos que causam danos ou ameaçam bens jurídicos tutelados.

Função Protetiva:

A função protetiva refere-se à tutela dos bens jurídicos fundamentais, como a vida, a liberdade e o patrimônio, contra condutas que possam prejudicá-los. O Direito Penal garante, assim, a segurança da sociedade, protegendo-a de comportamentos lesivos.

▸ Características do Direito Penal

O Direito Penal possui algumas características que o distinguem dos demais ramos do direito:

Imperatividade:

As normas penais são imperativas, o que significa que são de observância obrigatória por todos. Ninguém pode se eximir do cumprimento das leis penais, sendo estas impostas independentemente da vontade dos indivíduos.

Coercitividade:

A violação das normas penais acarreta a imposição de uma sanção por parte do Estado. Essa característica é essencial para a eficácia do Direito Penal, pois garante que o descumprimento das normas seja punido.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Noções de Direito Processual Penal

A Constituição Federal de 1988 se preocupou com as garantias processuais penais em vários dispositivos, instituindo um amplo rol de princípios constitucionais protetivos do processo penal, como, por exemplo, a presunção de inocência, que é um princípio basilar extraído diretamente do texto constitucional. O Código de Processo Penal, inspirado nas garantias constitucionais, forma um complexo de regras e princípios que conduzem a marcha processual.

▸ Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

Trata-se, sem dúvida, de um princípio regente, cuja missão é a preservação integral do ser humano, desde o nascimento até a morte, conferindo-lhe autoestima e garantindo-lhe o mínimo existencial. É um princípio regulador do mínimo existencial para a sobrevivência apropriada, a ser garantido a todo ser humano.

A referência à dignidade da pessoa humana, feita no art. 1º, III, da Constituição Federal, "parece conglobar em si todos aqueles direitos fundamentais, quer sejam os individuais clássicos, quer sejam os de fundo econômico e social". É um princípio de valor pré-constituinte e de hierarquia supraconstitucional.

▸ Princípios Constitucionais Explícitos do Processo Penal

Concernentes ao indivíduo - Princípio da presunção de inocência

Conhecido, igualmente, como princípio do estado de inocência (ou da não culpabilidade), significa que todo acusado é presumido inocente, até que seja declarado culpado por sentença condenatória, com trânsito em julgado. Encontra-se previsto no art. 5.º, LVII, da Constituição.

Tem por objetivo garantir, primordialmente, que o ônus da prova cabe à acusação e não à defesa. As pessoas nascem inocentes, sendo esse o seu estado natural, razão pela qual, para quebrar tal regra, torna-se indispensável ao Estado-acusação evidenciar, com provas suficientes, ao Estado-juiz, a culpa do réu.

Princípios da Retroatividade da lei benéfica:

- As leis penais benéficas podem retroceder no tempo para aplicação ao caso concreto, ainda que este tenha sido definitivamente julgado.
- A regra constitucional é sobre a irretroatividade da lei penal.
- A retroatividade é a exceção, desde que seja em benefício do réu.

Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu (in dubio pro reo, favor rei, favor inocentiae, favor libertatis**) e da imunidade à autoacusação**

O primeiro deles espelha que, na relação processual, em caso de conflito entre a inocência do réu – e sua liberdade – e o poder-dever do Estado de punir, havendo dúvida razoável, deve o juiz decidir em favor do acusado. Exemplo disso, está na previsão de absolvição quando não existir prova suficiente da imputação formulada (art. 386, VII, CPP).

Princípio da ampla defesa

Ao réu é concedido o direito de se valer de amplos e extensos métodos para se defender da imputação feita pela acusação. Encontra fundamento constitucional no art. 5.º, LV. Considerado, no processo, parte hipossuficiente por natureza, uma vez que o Estado é sempre mais forte, agindo por órgãos constituídos e preparados, valendo-se de informações e dados de todas as fontes às quais tem acesso, merece o réu um tratamento diferenciado e justo, razão pela qual a ampla possibilidade de defesa se lhe afigura a compensação devida pela força estatal.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha). (Redação dada pela Lei nº 15.212, de 2025)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do§ 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.